

## **AS RELAÇÕES DOS MOCAMBOS DO SERTÃO COM A SOCIEDADE COLONIAL AÇUCAREIRA, SÉCULO XVII E XVIII.**

Juliana Brainer Barroso Neves

O presente trabalho encontra-se inserido no projeto de mestrado aprovado na Universidade Federal da Bahia intitulado: “Os mocambos no sertão das capitâneas de Pernambuco e Bahia, 1650 – 1720”. Esta pesquisa conta com o apoio do CNPQ sem o qual não seria possível sua realização. O devido projeto encontra-se em modificação, porém ainda tem como um dos principais objetivos estudar as relações existentes entre os mocambeiros do sertão e os colonos da região canavieira. Para tanto, se faz necessária a exposição do espaço onde esses personagens se encontram, o sertão. Pois o mesmo não era definido da mesma forma que hoje o conhecemos.

A implantação dos engenhos de açúcar no Brasil ocorreu na zona litorânea onde era o local mais apropriado para plantação de cana-de-açúcar por conta dos solos de massapé encontrados nessa área. Por esse motivo os colonos se limitaram à ocupação desta área próxima à costa, onde estabeleceram a sociedade açucareira colonial. Em Pernambuco, nos séculos XVI e XVII, as principais áreas de concentração de engenhos eram as vilas de Goiana e Olinda. Na Bahia, o Recôncavo era o local da produção açucareira, mas as principais vilas produtoras de açúcar eram as freguesias suburbanas de Salvador, as vilas de São Francisco do Conde e Santo Amaro e a freguesia do Iguape<sup>1</sup>.

Além da zona litorânea havia a área que desde cedo se contrapunha às vilas açucareiras. Esta foi denominada sertão e compreendia o território no interior e também toda a área que não fosse ocupada pela cana-de-açúcar. Como, até o século XVII, a

produção do açúcar havia sido a principal maneira de obter lucro e prestígio na colônia portuguesa, a Coroa proibiu a circulação de colonos pelo interior, tentando impedi-los de se dispersarem pelo território, obrigando-os a se concentrarem na indústria canavieira.

Essa não exploração do interior continental contribuiu para a criação de um certo imaginário popular, característico dos moradores das vilas açucareiras, em relação ao sertão. Como era uma área onde não havia súditos do rei, o sertão era considerado sem lei. Além disso, os moradores das vilas açucareiras temiam o interior, considerando-o uma região inóspita e selvagem, lar ao mesmo tempo de riquezas e de perigos. Cronistas, como Gabriel Soares de Souza<sup>2</sup>, escreveram sobre o sertão partindo do imaginário popular açucareiro, definindo-se a construção de sua imagem e o conhecimento que lá habitavam tribos indígenas, os chamados Tapuya<sup>3</sup>.

Esse território não era totalmente desconhecido para os colonos, pois fazia fronteira com a sociedade colonial. Fronteira que só foi expandida após a expulsão da WIC – Companhia das Índias Ocidentais – do Brasil, em meados do século XVII, quando, na intenção de expandir o território e obter maiores lucros com outros tipos de atividade, os colonos se inseriram na pecuária<sup>4</sup> e Portugal incentivou a conquista do sertão.

Enquanto isso não acontecia, o sertão se tornou o lugar privilegiado para outros tipos de habitantes. Entre eles estavam aqueles que tinham algum motivo para não assumir o papel social que lhes havia sido determinado pela sociedade açucareira, como, por exemplo as tribos indígenas nomeadas de Tapuya – que não mantiveram quase nenhum contato com os portugueses durante os dois primeiros séculos de colonização<sup>5</sup> – e as formações de comunidades dos escravos fugidos, os mocambos.

Segundo Carneiro, os mocambos eram caracterizados por “pequenos ajuntamentos de casas primitivas, cobertas de fôlhas de palmeira”<sup>6</sup>. A palavra mocambo aparece nas cartas remetidas ao governo régio no Brasil com pedidos de ajuda para entradas aos mocambos na capitania da Bahia e dessa forma a palavra mocambo tem

sido utilizada neste projeto para definir as comunidades de escravos fugidos que viviam no sertão da capitania da Bahia.

Como as fontes indicam, Palmares não foi a única formação quilombola existente nas capitanias do Norte do Estado do Brasil. Como este, porém com menos êxitos, existiram comunidades de escravos fugidos que sobreviviam da produção de alimentos, da troca desses bens da terra pelos bens manufaturados da própria civilização colonial e viviam protegidos pela hostilidade da floresta, procurando manter a liberdade que haviam conquistado através da fuga<sup>7</sup>.

Os autores João José Reis e Flávio José Gomes mostram como um quilombo podia manter relações com a sociedade ao seu redor, ou seja, a mesma sociedade que os dominou muitas vezes manteve contatos com quilombolas em troca de benefício econômico.

No artigo de Reis, "Escravos e coiteiros no quilombo do Oitizeiro - Bahia, 1806", o historiador destrói o mito de que as formações de escravos fugidos viviam escondidas, estabelecendo apenas relações divergentes com os moradores livres, e também a de que os escravos sempre se dirigiam a quilombos no intuito de ganhar a liberdade. No caso do Oitizeiro, os escravos que fugiam e viviam nesse quilombo continuavam escravos, salvo algumas diferenças que os permitiam trabalhar com o objetivo de alcançar a liberdade. Porém, como o próprio autor escreve, "eles tinham suas visões da escravidão tanto como da liberdade<sup>8</sup>. Neste caso, a liberdade de escolher a escravidão."<sup>9</sup>.

Gomes também nos mostra os acordos econômicos mantidos entre taberneiros e quilombolas no seu artigo intitulado "Quilombos do Rio de Janeiro no século XIX", que chegavam a dificultar o trabalho das autoridades na destruição desse quilombo<sup>10</sup>.

Esse tipo de relação protegia os mocambeiros das autoridades, além de que, durante muito tempo no período colonial, não existia um cargo direcionado para a captura de negros fugidos. Segundo Lara, só depois de Palmares os colonos passaram a se

preocupar muito mais com fugas e formações de mocambos. Quando um desses crescia colocando em perigo a tranquilidade das vilas formava-se então um pequeno exército para "restaurar a paz"<sup>11</sup>.

Em outros locais da capitania da Bahia, provavelmente não era diferente a relação entre os escravos fugidos presentes nos mocambos e os colonos, como podemos ver no documento abaixo onde encontramos uma certa preocupação das autoridades coloniais em manter os habitantes longe de relações com os escravos fugidos, "É porque sou informado que algumas pessoas favorecem os mesmos levantados (negros), com que se impossibilita sua prisão"<sup>12</sup>. A captura de escravos se tornava uma empreitada bastante difícil diante da proteção que era concedida pelos colonos.

Porém, como explica Edson Carneiro, no quilombo dos Palmares, o relacionamento entre os fugitivos e os moradores da vila açucareira ora era caracterizado por trocas pacíficas e ora era permeado por conflitos causados pelas divergências entre os mesmos<sup>13</sup>.

A freguezia de Cachoeira mostrava-se como um local onde havia muita presença de reclamações sobre negros fugidos cometendo assaltos. A partir dessa documentação é que vemos como se dava o comportamento da comunidade, assim pode ser visto no trecho de um documento onde necessitava-se de pessoas para busca de negros levantados,

Hei por serviço de Sua Magestade e lhe ordeno, escolha para poder dar cumprimento á ordem que tem, todas as pessoas que convier, ter ou levar consigo, de ambas as freguezias da Cachoeira, e Campos de Iguappe, mostrando-lhes esta ordem, que obedecerão inviolavelmente, e o acompanharão com suas armas todo o tempo que importar andarem nesse serviço. E havendo alguma que o repugne (o que não creio) m'a remetterá presa, e não podendo, me avisará para se mandar prender, e dar a pena que é justo.<sup>14</sup>

Essa pode ser uma das reações expressadas pelas autoridades coloniais diante da relação que havia entre os negros do sertão e os moradores das vilas açucareiras. Podemos supor que não era de interesse para os moradores combaterem àqueles com

quem mantinham uma relação pacífica representada por trocas de bens que se faziam necessários à população.

Diante das evidências encontradas nos documentos e na historiografia a respeito da resistência escrava esse trabalho tem o objetivo de dar continuidade a pesquisa que visa identificar qual era o tipo de relacionamento estabelecido entre a sociedade colonial e os negros fugidos numa época em que uma das maiores preocupações da administração colonial eram as fugas de negros fugidos que incentivavam as rebeliões escravas. E também encontrar mais vestígios que comprovem as suposições estabelecidas nesse artigo.

---

<sup>1</sup> Cf. BARICKMAN, B.J. Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780 - 1860. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

<sup>2</sup> SOUZA, Gabriel Soares de. *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. Recife: Ed. Massangana, 2000.

<sup>3</sup> Tribos indígenas que não se submeteram ao domínio português e se esconderam no sertão. A denominação Tapuya vem do Tupi que significa "bárbaro". Cf. PIRES, Maria Idalina. *Guerra dos bárbaros: resistência indígena e conflitos no Nordeste colonial*. Recife: CEPE, 1990.

---

<sup>4</sup> Cf. PIRES, Maria Idalina da Cruz. *Guerra dos bárbaros: resistência indígena e conflitos no Nordeste colonial*. Recife: CEPE, 1990. P. 17.

<sup>5</sup> Cf. Idem. P. 17.

<sup>6</sup> Cf. CARNEIRO, Edson. *O Quilombo dos Palmares*. São Paulo: Editora Nacional, 1988. P. 57.

<sup>7</sup> Cf. CARNEIRO, Edson. *O Quilombo dos Palmares*. São Paulo: Editora Nacional, 1988. P. 17, 19, 22 e REIS, João José. "Escravos e coiteiros no Quilombo do Oitizeiro – Bahia, 1806". In: João José Reis e Flávio dos Santos Gomes (org.) *Liberdade por um fio: História dos Quilombos no Brasil*. P. 332.

<sup>8</sup> Diálogo aqui com Calhoub, *Visões da Liberdade*. Apud REIS, João José. *Escravos e Coiteiros no quilombo do Oitizeiro – Bahia, 1806*. In: João José Reis e Flávio dos Santos Gomes (org.) *Liberdade por um fio: História dos Quilombos no Brasil*. P. 358

<sup>9</sup> Cf. REIS, João José. "Escravos e coiteiros no Quilombo do Oitizeiro – Bahia, 1806". In: João José Reis e Flávio dos Santos Gomes (org.) *Liberdade por um fio: História dos Quilombos no Brasil*. P. 358

<sup>10</sup> Cf. GOMES, Flávio J. "Quilombos do Rio de Janeiro no século XIX". In: João José Reis e Flávio dos Santos Gomes (org.) *Liberdade por um fio: História dos Quilombos no Brasil*. P. 277.

<sup>11</sup> Cf. LARA, Sílvia Hunold. "Do singular ao plural: Palmares, capitães-do-mato e o governo dos escravos" In: João José Reis e Flávio dos Santos Gomes (org.) *Liberdade por um fio: História dos Quilombos no Brasil*. P. 87 e 88.

<sup>12</sup> *Coleção de Documentos Históricos*. vol. VII, pág. 70 e 71.

<sup>13</sup> Cf. CARNEIRO, Edson. *O Quilombo dos Palmares*. São Paulo: Editora Nacional, 1988. P.22.

<sup>14</sup> *Coleção de Documentos Históricos*. vol. VII, pág. 73.